

## FNE exige garantias concretas contra a precariedade do Pessoal de Apoio Educativo

A Federação Nacional da Educação (FNE) apresentou ao Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa, Pedro Dantas da Cunha, as principais reivindicações do **Pessoal de Apoio Educativo (Não Docentes)** no âmbito do Roteiro para a Legislatura 2024-2028. Na reunião, realizada em 29 de maio de 2024, a FNE destacou a **urgência de medidas** para garantir um início tranquilo do próximo ano letivo e a **regularização da situação precária de milhares de técnicos superiores especializados** (psicólogos, terapeutas da fala, informáticos e assistentes sociais) nas escolas, tendo a FNE a oportunidade de entregar ao Secretário de Estado uma **listagem com exemplos concretos** de casos de técnicos com **mais de 10 renovações de contrato**.

Em 26 de junho de 2024, em reunião com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), a FNE foi informada de que os contratos dos técnicos superiores especializados **serão prorrogados** para garantir o início, sem problemas, do próximo ano letivo. O MECI também anunciou a **abertura de um concurso público ou processo de regularização extraordinária de vínculos** para **combater a precariedade** desses profissionais, que desempenham funções permanentes nas escolas.

No entanto, passados 12 dias da última reunião, a **FNE** ainda não recebeu informações concretas sobre as medidas a serem tomadas, o que gera **grande preocupação**. A Federação reitera o papel essencial do **Pessoal de Apoio Educativo** para o bom funcionamento das escolas e o **reconhecimento que merecem pelo seu trabalho e dedicação**.

É ainda urgente a consolidação da mobilidade de diversos técnicos que se encontram em situação precária. A situação destes técnicos é desesperante e carece de uma rápida resposta.

Diante do exposto, a FNE **reitera sua disponibilidade para dialogar** com o MECI em encontrar soluções negociadas para os problemas enfrentados pelo Pessoal de Apoio Educativo. A Federação acredita que são **necessárias medidas urgentes e concretas** para garantir um início tranquilo do ano letivo e valorizar o trabalho **desses profissionais essenciais** para a educação portuguesa.

Porto, 8 de julho de 2024

Comissão Executiva FNE

